

DEBATE EDUCACIONAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O SURGIMENTO DA IDEIA DO CONGRESSO PEDAGÓGICO DO PARÁ (1895-1897)

Suellem Pantoja – UFPA
smartinspantoja@gmail.com

Alberto Damasceno – UFPA
albertod@ufpa.br

Viviane Dourado – UFPA
vivianedrd2@gmail.com

Pedro Victor Leite – UFPA
pedrovictorleite18@gmail.com

Marcos Vinicius – UFPA
viniciusribeiro188@gmail.com

INTRODUÇÃO

A passagem do século XIX para o século XX no Brasil foi marcada pela proclamação da República em 1889. Nesse período o país passou por mudanças com vistas a torna-lo moderno das quais podemos destacar a preocupação com questões atinentes à saúde, higiene e instrução pública.

Nessa perspectiva a educação passou a ser considerada pelos republicanos como um dos meios mais eficazes para garantir a consolidação do regime e a formação do cidadão nos moldes da ordem e do progresso propugnados pela recém-criada República.

Considerando a importância atribuída à instrução pública na virada do século XIX e início de XX, nosso objetivo é demonstrar como surgiu a ideia de realização de um Congresso Pedagógico no estado Pará entre 1895 e 1897.

Trata-se de uma pesquisa histórica, na qual utilizamos como fontes jornais e revistas¹ que circularam no período de 1895 a 1897. Após a coleta do material realizamos uma leitura flutuante buscando identificar referências ao Congresso

¹ As fontes citadas foram coletadas no Arquivo Público do Pará e no site da Biblioteca Nacional.

Pedagógico, para realizarmos a interpretação dos dados utilizamos a técnica da análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

AS CONFERÊNCIAS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

Bastos (2003) elucida em seu estudo que “já no século XVI, Montaigne destacava o papel educativo e formativo de uma conferência, como espaço de *permuta das luzes e idéias*. No século XIX, as conferências disseminam-se como uma estratégia de educação e de vulgarização do conhecimento”. (BASTOS, 2003, p. 01). O que justifica nosso interesse em estudar a ideia de criação de um Congresso Pedagógico no Pará.

Ainda segundo a autora “as conferências pedagógicas ou de professores objetivavam discutir sobre diversas questões vinculadas à profissão, isto é, à educação e ao ensino. Tinham uma perspectiva de atualização, de continuação dos estudos depois da formação, e de vulgarização e aperfeiçoamento dos métodos de ensino”. (BASTOS, 2003, p. 01).

De acordo com Gondra (2018) a década de 70 do século XIX foi um período no qual se acreditava que "muitos dos problemas relativos à instrução pública poderiam ser resolvidos ou amenizados por meio do aperfeiçoamento dos professores nas Conferências” (GONDRA, 2018, p. 77).

Nesses termos as conferências se configuraram como eventos notórios, visto que, se tornaram um ambiente de difusão de ideias e passaram a influenciar as discussões referentes à educação.

SURGIMENTO DA IDEIA DE UM CONGRESSO PEDAGÓGICO DO PARÁ

No Pará republicano, assim como em outros estados, os eventos tinham o propósito de promover a educação do povo, conferindo-lhe o status de civilizado, ordeiro e progressista.

Em 1898 ao apresentar o orçamento do governo para os anos de 1898 e 1899 Paes de Carvalho defendeu que fossem feitos maiores investimentos na instrução pública com foco para o aumento do número de professores

normalistas, contratação de inspetores escolares, construção de edifícios e mobiliamento das escolas (PARÁ, 1898).

Nesse contexto, entre 1896 e 1897, acontece a materialização da ideia de uma instância de discussão das grandes questões da instrução no estado, decorrente de iniciativas semelhantes em nível nacional e internacional. Mais precisamente, é quando se inicia o processo de instituição e organização do Congresso Pedagógico do Pará.

A ideia da fundação de um congresso pedagógico por ocasião da Exposição Interestadual surgiu de um artigo publicado na *Revista de Educação e Ensino* (1895), quando, em resposta à provocação do articulista, o inspetor escolar Firmo Cardoso convidou professores da rede pública e particular para uma reunião na sua residência no dia 29 de agosto daquele ano. Segundo a notícia veiculada na própria revista, em setembro de 1895, o convite foi amplamente correspondido. Um elevado número de professores de ambas as redes, além de diretores de estabelecimentos de ensino compareceram ao local para conhecer e discutir a proposta, “mostrando assim que o professorado do nosso Estado tem sempre atenção solicita para tudo aquilo que significa um progresso e um alento ás variadas funcções da pedagogia” (REVISTA DE EDUCAÇÃO E ENSINO, 1895, p. 83). Quem presidiu a reunião foi José Antônio Guimarães, diretor do Liceu Paraense que, em um discurso de improviso, “demonstrou as vantagens que trazem para as classes e para a sociedade em geral, as aggremações como a de que se trata, attestados eloquentes da civilização e adiantamento de um povo” (REVISTA DE EDUCAÇÃO E ENSINO, 1895, p. 83).

Entre as proposições e encaminhamentos tomados nessa reunião ficou decidido que o Congresso deveria abranger todos os ramos do ensino público e particular, e não apenas a instrução pública primária, como inicialmente havia sido proposto. Também foi decidido que seriam convidados professores de todos os estados da União, não apenas os da região Norte. Para presidir os trabalhos, foi indicada a composição de uma mesa cujo presidente seria o interino da Instrução Pública, José Antonio Guimarães; o vice-presidente do Congresso era Firmo Cardoso, o primeiro secretário era Otávio Pires e o segundo secretário era

Hilário Sant'Anna. Para a comissão de imprensa, foram eleitos Alves da Cunha, Marcos Nunes e Bertoldo Nunes. No "Termo de presença" dos participantes da reunião, constavam 56 (cinquenta e seis) nomes, assim como suas funções e estabelecimentos a que estavam vinculados.

A matéria sobre a histórica reunião relaciona os nomes de Firmo Cardoso, José Antônio Guimarães, Octavio Pires, Manuel Carvalho, R. C. Alves da Cunha, Ricardo Santos, Hilario Sant'Anna, Marcos Nunes e Bertoldo Nunes, que se manifestaram com posicionamentos e proposições que deram o tom das decisões tomadas, como dar ciência do acontecido ao governador, pedindo apoio oficial e "autorização á Typographia Official, para a impressão de todos os trabalhos do Congresso, como também aos srs. directores dos diversos estabelecimentos officiaes de ensino, convidando-os e bem assim aos corpos docentes, para tomarem parte no congresso" (REVISTA DE EDUCAÇÃO E ENSINO, 1895, p. 84).

Com base nas informações disponíveis, é possível inferir que aconteceram, pelo menos, sete a oito reuniões regulares, denominadas de "sessões preparatórias", que tinham em vista a organização do Congresso Pedagógico. As notícias dão conta de que estas sessões eram mensais, abertas a todos os professores da rede pública e particular, além de aposentados, de ambos os sexos, que se dedicavam a discutir e tomar decisões relativas à organização do evento.

Com o passar do tempo, as matérias relatam uma significativa redução da quantidade de participantes nas reuniões, indicando um claro arrefecimento do seu público ou até mesmo do Poder Central no que tange ao compromisso com a realização do Congresso.

O evento que estava previsto para 15 de janeiro de 1897, não aconteceu e experimentou um longo tempo sem informações ao público, que só voltam a ser divulgadas a partir de 1900, quando alguns jornais apresentaram matérias em que se anunciava a realização do Congresso em novembro de 1901, inclusive anunciando o apoio governamental para o deslocamento dos congressistas que moravam no interior do estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos a ideia de realização do Congresso pedagógico a princípio foi bem recebida pelo professorado. A possibilidade de desenvolvimento da educação e os benefícios que poderiam ser auferidos a partir da ideia de criação do Congresso era visível, a ponto de ganhar as páginas dos jornais difundindo uma maneira otimista e, até certo ponto, eufórica, de conceber o evento — enquanto catalisador da modernização social e cultural — e estabelecer uma relação direta entre sua realização e o progresso da instrução. Entretanto, o que ocorreu algum tempo depois foi um completo esvaziamento das reuniões e um manifesto desinteresse por parte do magistério.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**, São Paulo: Edições 70, 2011.

BASTOS, Maria Helena Camara. As conferências pedagógicas dos professores primários do município da corte: permuta das luzes e ideias (1873-1886). In: **Anais Simpósio Nacional de História**, João Pessoa: ANPUH, 2003.

GONDRA, José Gonçalves. **A emergência da escola**. São Paulo: Cortez, 2018.

PARÁ. **Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho**, Governador do Estado, em 15 de abril de 1898. Belém: Typ. Do Diário Oficial, 1898.

PARÁ. **Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. Lauro Sodré, Governador do Estado, no dia 1º de fevereiro de 1897**. Belém: Typ. Do Diário Oficial, 1897.

REVISTA DE EDUCAÇÃO E ENSINO. Congresso Pedagógico. **Revista de Educação e Ensino**, Belém, v. V, set. 1895.